



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

10/02/2019

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	3 - 4
3.2. JUÍZES.....	5 - 6
3.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	8
4.2. ASSESSORIA.....	9
4.3. JUÍZES.....	10 - 16
4.4. PRESIDÊNCIA.....	17



***Osmar Gomes dos Santos**

MAIS DIGNIDADE

O ano era 1970. Em uma pequena embarcação, na companhia de minha mãe, deixei minha amada Enseada Grande, rumamos, agora já na Lancha Ribamar, para a capital em busca de uma vida melhor. Foram dois dias e uma noite navegando águas nem sempre calmas, mas a todo instante transbordando de incertezas sobre o que viria dali por diante.

Na travessia faltava de tudo, mal tínhamos o básico para suportar aquela viagem e até as roupas eram escassas. Meus pés descalços tocaram o chão frio desta cidade em uma noite de chuva e fortes ventos que faziam meu franzino corpo tremer. A cada rajada o arrepio tomava conta de mim e uma sensação de mil facas atravessando-me a carne me fazia chorar. Mas chegamos.

Cá na capital estávamos. Ao aportar, meus irmãos, que aqui já residiam, nos aguardavam na rampa Campos Melo, na Avenida Beira Mar. Além de comida, obviamente, eu desejava avidamente uma roupa seca e uma cama quente para me aquecer. Partimos rumo a nosso destino, mas ao chegar a esperança deu lugar a uma espécie de desilusão, deveras passageira.

O nosso cartão de visita denotava que nossa trajetória não seria das mais fáceis na nova terra. Um abrigo de restos reaproveitados de madeira, "estaqueadas" sobre a maré, na parte baixa do Bairro São Francisco, passou a ser o nosso novo lar. De engraçada nada tinha. Nem teto, nem chão, nem nada. Dormir na rede nem pensar, pois as paredes não iriam aguentar. Mas ali tinha esmero... Ah sim! O esmero afetuoso da minha mãe e a união entre os irmãos nos garantia a vaga esperança de dias melhores.

Ali compartilhamos bons momentos em família, a exemplo daquela primeira refeição, um mexido de ovos de galinha cai-pira com farinha d'água, o pouco alimento trazido na viagem. Mas também muitas desventuras, que tínhamos resultado em um acontecimento mais grave. A conhecida maré de lua, de tão alta, era um dos nossos maiores pesadelos.

Nessa mesma região, às margens da atualmente Avenida Ferreira Gullar, cresci e tomei consciência do empoderamento que o conhecimento nos possibilita. Decidi que tínhamos que nos unir para reivindicar melhorias, momento em que conseguimos fundar, ali, a associação dos palafitados, da qual fui seu primeiro presidente com apenas 16 anos de idade. Nossa luta deu frutos e as palafitas deram lugar a casas de tijolos e telhas, ruas urbanizadas e ao hoje denominado Residencial Ana Jansen, localizado por trás do campo de futebol "Beira Rio", do São Francisco.

Lembro do sorriso no rosto de cada vizinho, da alegria no olhar de cada colega ao poder adentrar em uma casa de alvenaria, uma cobertura de telhas, do pisar em uma rua asfaltada. Abrir uma torneira e dela jorrar água potável para uso diário, o banho que já não era de cuia, mas de um bom chuveiro em um banheiro decente, cujas necessidades já não eram mais feitas por um pequeno buraco sobre a maré.

Mas, ao longo das últimas duas décadas, o que verificamos foi que aquele tipo de ocupação irregular voltou a crescer naquela região do São Francisco. Por anos transitei pela Avenida Beira Mar e cruzei a Ponte José Sarney tendo minhas memórias resgatadas por um cenário que nem de longe representava nossos belos cartões postais.

Mais uma vez lá estavam, encravadas sobre a maré, deze-

nas de palafitas. Dezenas de famílias, centenas de vidas que só esperavam por um pouco de dignidade. Não tinha como não rememorar aqueles tempos difíceis de criança e adolescente. As lembranças insistiam em me transportar para uma infância onde faltava todo tipo de serviço básico, tal como lazer, educação, saúde, esporte, cultura, saneamento. Vivia-se para o trabalho e para o estudo, certamente nessa ordem.

Assim como naquela década de 1980, a esperança para essa região mais uma vez vem do poder público. Muito já foi feito nas duas últimas décadas, e mais recentemente, escolas foram reformadas, Academias e praças de esporte ao ar livre, estádio de futebol, eco ponto, etc., foram construídos, e bem recente foi dada a largada para o grande trabalho de reurbanização na região com o chamado PAC Ponta do São Francisco, com investimentos de quase R\$ 8.000.000,00(oito milhões de reais), além de um condomínio residencial prestes a ser entregue.

Ao voltar meu olhar para toda essa parte baixa do São Francisco a emoção transborda o coração. Viajo no tempo em que as mesmas melhorias me fizeram chorar, quando pela primeira vez tivemos uma casa de tijolo e cimento, coberta com telhas.

Sou uma pessoa que guarda e valoriza as origens, razão pela qual sempre mantive contato com amigos e familiares que ainda residem no Bairro São Francisco. Após a assinatura da execução das obras, em momento de grande festividade para milhares de pessoas beneficiadas, aquela mesma esperança e alegria voltaram a habitar o olhar e o sorriso de centenas de cidadãos contemplados pelas benfeitorias que virão.

Não estou aqui a levantar bandeira política e jamais o farei como magistrado. Mas como cidadão que traz na pele a marca de anos a fio de sofrimento, sei como é importante a intervenção do poder público na vida das pessoas. Diferentemente do que muitos pensam, as comunidades só querem e precisam de duas coisas: dignidade e oportunidade.

Ainda na qualidade de cidadão, coloco-me a criticar e cobrar quando necessário. Da mesma forma, cabe uma postura de reconhecimento a tão importante investida que conta com uma importante parceria entre governos federal, estadual e municipal. Mais que trazer benfeitorias, percebo que essa obra, antes mesmo de ser concluída, já atingiu o coração das pessoas que ali residem.

Cuidar das pessoas, olhar para elas e reconhecer o valor que têm é a melhor obra, o maior legado, que o poder público pode deixar para sua população. Muitos terão água encanada pela primeira vez, outros saberão o que é compartilhar da vida em comunidade nos espaços comuns, como praças, quadras poliesportivas e o renovado campo de futebol, áreas onde centenas de jovens ocuparão seu tempo praticando esporte.

É esse o papel do homem público: garantir o empoderamento dos cidadãos, com ações que devolvam a eles a dignidade, contribuindo para a elevação da autoestima. Esse cidadão precisa de confiança no futuro, o que o faz elevar suas potencialidades e a capacidade de realização.

Com essa reflexão reforço que uma cidade melhor para se viver é possível a partir de cada um de nós. O poder público funcionando e fazendo sua parte; o cidadão se apropriando das oportunidades e contribuindo para o progresso da comunidade onde reside. Dignidade para todos e viva a nossa querida São Luís.

***Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís;
Membro das Academias Ludovicense de Letras,
Maranhense de Letras Jurídicas e
Matinhense de Ciências, Artes e Letras.**

Bate **Rebate**

ENCONTRO



O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas.

Projeto Nadando na Frente

O lançamento ocorreu na Associação dos Magistrados e irá atender cerca de duzentas crianças carentes

São Luís ganhou um novo projeto para incentivar a prática do esporte entre os mais jovens. O “Projeto Nadando na Frente”, com mais de 15 anos de existência, e que já ensinou mais de 3.000 crianças a nadar, foi oficialmente lançado no último sábado, 26 de janeiro, na Associação dos Magistrados AMMA. O evento contou com a presença do idealizador do projeto, Edmilson Dezordo, ex-Secretário Executivo Nacional do Esporte e do comentarista de natação do SporTV, Alexandre Pussieldi, além de autoridades locais e os padrinhos das crianças contempladas.

Sobre o 'Nadando na Frente'

O Projeto Nadando na Frente nasceu em Ribeirão Preto, São Paulo, em 2003. O Maranhão vai ser o quarto estado a receber o Projeto incentivando a prática e o ensino da natação a crianças carentes. O projeto faz parte da ONG Instituto do Esporte e já tem o cadastro social de entidade de prestação de utilidade pública. A primeira etapa do Projeto Nadando na Frente São Luís terá 30 crianças contemplada e escolhidas

na Unidade de Educação Básica Menino Jesus de Praga, do Planalto Vinhais II.

Veja nas fotos de Nelson Magela.



Edmilson Dezordo



ALEX MANSUR, ATLETA, COM AS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROJETO



EMANUELLE SCHIAVOTELLO MADRINHA



O PRESIDENTE DA AMMA, DR. ÂNGELO SANTOS, COM AS CRIANÇAS

MAIS DIGNIDADE

OSMAR GOMES

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicenses de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

O ano era 1970. Em uma pequena embarcação, na companhia de minha mãe, deixei minha amada Enseada Grande, povoado de Cajari, para Penalva, onde embarcamos na lancha “Ribamar”, para a capital em busca de uma vida melhor. Foram dois dias e uma noite navegando águas nem sempre calmas, mas a todo instante transbordando de incertezas sobre o que viria dali por diante.

Cá na capital estávamos. Ao aportar, meus irmãos, que aqui já residiam, nos aguardavam na rampa Campos Melo, na Avenida Beira Mar. Partimos rumo a nosso destino, mas ao chegar a esperança deu lugar a uma espécie de desilusão, deveras passageira.

O nosso cartão de visita denotava que nossa trajetória não seria das mais fáceis na nova terra. Um abrigo de restos reaproveitados de madeira, “estaqueadas” sobre a maré, na parte baixa do Bairro São Francisco, passou a ser o nosso novo lar. De engraçada nada tinha. Nem teto, nem chão, nem nada. Mas ali tinha esmero... Ah sim! O esmero afetuoso da minha mãe e a união entre os irmãos nos garantia a vaga esperança de dias melhores.

Nessa mesma região, às margens da atualmente Avenida Ferreira Gullar, cresci e tomei consciência do empoderamento que o conhecimento nos possibilita. Decidi que tínhamos que nos unir para reivindicar melhorias, momento em que conseguimos fundar, ali, a associação dos palafitados, da qual fui seu primeiro presidente com apenas 16 anos de idade. Nossa luta deu frutos e as palafitas deram lugar a casas de tijolos e telhas.

Lembro do sorriso no rosto de cada vizinho, da alegria no olhar de cada colega ao poder adentrar em uma ca-

sa de alvenaria, uma cobertura de telhas, do pisar em uma rua asfaltada. Abrir uma torneira e dela jorrar água potável para uso diário, o banho que já não era de cuia, mas de um bom chuveiro em um banheiro decente, cujas necessidades já não eram mais feitas por um pequeno buraco sobre a maré.

Mas, ao longo das últimas duas décadas, o que verificamos foi que aquele tipo de ocupação irregular voltou a crescer naquela região do São Francisco. Por anos transitei pela Avenida Beira Mar e cruzei a Ponte José Sarney tendo minhas memórias resgatadas por um cenário que nem de longe representava nossos belos cartões postais.

Mais uma vez lá estavam, encravadas sobre a maré, dezenas de palafitas. Dezenas de famílias, centenas de vidas que só esperavam por um pouco de dignidade. Não tinha como não lembrar aqueles tempos difíceis de criança e adolescente. As lembranças insistiam em me transportar para uma infância onde faltava todo tipo de serviço básico, tal como lazer, educação, saúde, esporte, cultura, saneamento.

Assim como naquela década de 1980, a esperança para essa região mais uma vez vem do poder público. Muito já foi feito nas duas últimas décadas e bem mais recente foi dada a largada para o grande trabalho de reurbanização na região com o chamado PAC Ponta do São Francisco, com investimentos de quase R\$ 8.000.000,00(oito milhões de reais), além de um condomínio residencial prestes a ser entregue.

Sou uma pessoa que guarda e valoriza as origens, razão pela qual sempre mantive contato com amigos e familiares que ainda residem no Bairro São Francisco. Após a assinatura da execução das obras, em momento de grande festividade para milhares de pessoas beneficiadas, aquela mesma esperança e alegria voltaram a habitar

o olhar e o sorriso de centenas de cidadãos contemplados pelas benfeitorias que virão.

Não estou aqui a levantar bandeira política e jamais o farei como magistrado. Mas como cidadão que traz na pele a marca de anos a fio de sofrimento, sei como é importante a intervenção do poder público na vida das pessoas. Diferentemente do que muitos pensam, as comunidades só querem e precisam de duas coisas: dignidade e oportunidade.

Ainda na qualidade de cidadão, coloco-me a criticar e cobrar quando necessário. Da mesma forma, cabe uma postura de reconhecimento a tão importante investida que conta com uma importante parceria entre governos federal, estadual e municipal. Mais que trazer benfeitorias, percebo que essa obra, antes mesmo de ser concluída, já atingiu o coração das pessoas que ali residem.

Cuidar das pessoas, olhar para elas e reconhecer o valor que têm é a melhor obra, o maior legado, que o poder público pode deixar para sua população. Muitos terão água encanada pela primeira vez, outros saberão o que é compartilhar da vida em comunidade nos espaços comuns, como praças, quadras poliesportivas e o renovado campo de futebol, áreas onde centenas de jovens ocuparão seu tempo praticando esporte.

É esse o papel do homem público: garantir o empoderamento dos cidadãos, com ações que devolvam a eles a dignidade, contribuindo para a elevação da auto estima.

Com essa reflexão reforço que uma cidade melhor para se viver é possível a partir de cada um de nós. O poder público funcionando e fazendo sua parte; o cidadão se apropriando das oportunidades e contribuindo para o progresso da comunidade onde reside. Dignidade para todos e viva a nossa querida São Luís.

Eulálio Figueiredo: o menestrel do Direito e das artes

FLÁVIO BRAGA
Professor e escritor

José Eulálio Figueiredo de Almeida nasceu no dia 12/02/1960, em São João Batista, no coração da Baixada Maranhense. Migrou com a sua família para São Luís em 1963, e morou no bairro do Desterro até 1977. É Juiz de Direito desde 1991 (aprovado em 1.º lugar) e professor de Processo Penal na UFMA há 33 anos.

Possui especialização em Ciências Criminais e em Processo Civil. É membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino. Atuou como membro efetivo do TRE no biênio de 2013/2015.

Eulálio Figueiredo é um tribuno a toda prova. Maneja como poucos o dom da oratória e se expressa com invulgar fluência verbal e intelectual, sempre com muita eloquência, polidez, galhardia e desafiando um português escorreito, portando-se com o mesmo denodo

em suas aulas e palestras.

Além de homem versado na ciência do Direito, é poeta, escritor, cantor e compositor de toadas de bumba-boi e de marchinhas carnavalescas.

Publicou os seguintes livros: Suspensão do processo e da prescrição penal (1998); Decisões administrativas (2002); Sentença penal: doutrina, Prática e jurisprudência (2002); Anatomia do ser (1999); Milésima face (2000); O crime da baronesa (2004); O processo das formigas (2011); Vidas profanas (2015) e O Crime do Desembargador Pontes Visgüeiro (2018).

Autor de vários artigos científicos, é citado em obras de juristas de escol como Theotônio Negrão, Tourinho Filho, Damásio de Jesus, Alberto Silva Franco, dentre outros.

É autor de diversas toadas de bumba-meu-boi, como estas: Lamento de um caboclo; Visita ao mar; Lamento de um estudante; Minha prece; Prece da saudade; São Luís, minha ilha bela!; Passeio no mar; Menestrel da Baixada; Mar dos amores; Ganhei o meu dia; Tempo de cantoria.

A sua verve engenhosa fez brotar 14 marchinhas, carregadas de trocadilhos, malícia e fino humor irônico, como: Mensalão (premiada no festival de marchinhas da TV Mirante em 2006); Pedaladas carnavalescas (classificada no festival de marchinhas do programa Fantástico da TV Globo); Receita da vovó (selecionada para o festival de marchinhas da TV Mirante em 2009); Traidores da Pátria e CPI do carnaval.

Todas fazem irreverência e sarcasmo com a cena política brasileira. Em 2018, estourou nas rádios e no carnaval de rua a música Pesque-pague do pacu, em que o poeta-compositor, a pretexto de recomendar uma dieta à base desse peixe, produziu mais uma espirituosa marchinha.

Para o carnaval de 2019 o juiz-compositor lançou a marchinha Festa do peru, que foi classificada para o festival de música carnavalesca de Imperatriz.

Trata-se de composição melódica, com pitadas de humor picante e versos de duplo sentido (figura de linguagem predominante nas marchinhas de carnaval).

Consta do seu repertório, além de boleros gravados pela cantora Eugênia Miranda, como Dúvida, outras canções em que exalta os grandes cantadores de bumba-boi do Maranhão, como Humberto do Maracanã e Coxinho.

Na literatura, por ser autor da trilogia criminológica maranhense (O crime da baronesa, O processo das formigas e O Crime do Desembargador Pontes Visgüeiro), em que aborda crimes que marcaram a história do Judiciário estadual, tem sido cognominado por alguns amigos e leitores de o "Jorge Amado do Maranhão".

É esse cabedal de atributos e virtudes que singulariza o joanino talentoso, versátil e de boa cepa, Dr. Eulálio Figueiredo, e a sua vasta obra e cultura jurídica, aos quais rendo minha justa homenagem na condição de portavoza dos ecos da Baixada Maranhense.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Tema espinhoso

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto (PCdoB), se reuniu, neste fim de semana, com o juiz da Vara de Assuntos Difusos e Coletivos, Douglas Martins. O tema central foi o concurso, cobrado pela Justiça, que Othelino promete realizar, mas dentro da presente realidade econômica adversa.

Projeto

• São Luís vai ganhar um novo projeto para incentivar a prática do esporte entre os mais jovens. O "Projeto Nadando na Frente", com mais de 15 anos de existência, e que já ensinou mais de 3.000 crianças a nadar, foi oficialmente lançado no último sábado, 26 de janeiro, na Associação dos Magistrados AMMA. O evento contou com a presença do idealizador do projeto, Edmilson Dezordo, ex-Secretário Executivo Nacional do Esporte e do comentarista de natação do SporTV, Alexandre Pussieldi, além de autoridades locais e os padrinhos das crianças contempladas.



O idealizador do projeto, Edmilson Dezordo e o presidente da AMMA, Angelo Santos



O ex-Secretário Executivo Nacional do Esporte e do comentarista de natação do SporTV, Alexandre Pussieldi e o idealizador do projeto, Edmilson Dezordo

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Desafios do Direito Digital

A privacidade e a proteção de dados na Internet – que quando violados podem gerar responsabilidade civil e criminal para os autores – é hoje o tendão de Aquiles do Direito Digital, com os novos desafios que colocam em cheque o tradicionalismo do Direito frente aos avanços galopantes da tecnologia.

Como não existem fronteiras com relação aos assuntos relacionados ao Direito Digital, é necessário aprofundar a discussão sobre privacidade e Internet com foco no cenário atual da sociedade tecnológica.

O ponto central da questão é como viabilizar a operacionalização de um Direito eficaz no tempo e na garantia da privacidade sem limitar o avanço da tecnologia digital.

O cenário aponta que os operadores do Direito contemporâneos têm nas mãos um infinito de oportunidades advindas da tecnologia, mas também um infinito de desafios a serem enfrentados no presente e no futuro, diante da necessidade premente de conscientização dos riscos e oportunidades da vida digital.

E por isso que nos Estados Unidos e na Europa a educação digital já faz parte do currículo de aprendizado básico, com uma autoridade reguladora. Esse é o caminho que precisa ser traçado no Brasil, para que não fiquemos a reboque no bom aproveitamento das tecnologias.

O mundo virtual está tão umbilicalmente presente em nossas vidas que já não conseguimos nos imaginar sem ele. Somos dependentes dele e nele temos que saber nos conduzir com segurança.

Como a maioria da população não percebe as implicações que o simples ato de estar conectado à Internet pode representar, é recomendável que os internautas tenham consciência de que seus atos podem gerar consequências.

Além das leis já existentes no nosso ordenamento jurídico, muitas normas foram aprovadas nos últimos anos com o intuito de modernizar e adaptar a nossa legislação ao mundo digital.

Para dar diretriz aos diversos assuntos relacionados à Rede Mundial de Computadores, foi aprovada, em abril de 2014 – a Lei do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) –, que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet, representando, em diversos pontos, um avanço ao ordenamento jurídico.

A regra que rege o mundo virtual é o da liberdade de expressão. No entanto, o direito à privacidade também deve ser respeitado por não existir no ordenamento jurídico um princípio superior ao outro.

Havendo conflito entre eles, a questão deverá ser resolvida levando-se em conta o princípio da dignidade da pessoa humana e o da proporcionalidade. Como na Internet as informações se multiplicam rapidamente, a observância ao direito à privacidade deverá ser maior. Assim, se um internauta se sentir lesado, poderá responsabilizar juridicamente o seu ofensor e ser indenizado por isso.

Infelizmente, o relato de práticas de ilícitos cometidos pela Internet tem se tornado comum. Isso ocorre porque muitos internautas acreditam que não serão punidos.

Acham que por não estarem frente a frente fisicamente com a sua vítima, não poderão ser identificados. Esse fato, porém, é equivocado, visto que a maioria dos internautas podem hoje ser facilmente identificados e punidos com base na legislação existente.

Na esfera criminal, temos a Lei 12.737/2012, que ficou nacionalmente conhecida como “Lei Carolina Dieckmann”, que tipificou alguns crimes informáticos, como a invasão de dispositivos eletrônicos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) também contribuiu positivamente ao aprimorar, em seu artigo 241-A (Lei 11.829/2008), o crime de pedofilia infantil pela internet.

Verifica-se, portanto, que a Internet não é um território sem leis. Porém, resta um questionamento: será que as leis brasileiras conseguirão acompanhar a rapidez com que a Internet se revela de forma a garantir a sua eficácia na aplicação do caso concreto?

O recente caso envolvendo o Whatsapp que, por ter descumprido uma determinação judicial teve os seus serviços bloqueados por 48 horas, demonstra o quão sensível e delicado é o cenário digital atual.

DESINFORMAÇÃO

Enquanto a União Europeia lida com o problema da notícia falsa via WhatsApp com uma abordagem jurídica, discutindo mudanças na legislação, no Brasil querem dar ao Exército e a Polícia Federal poderes para aferir veracidade de notícias.

AMEAÇA

A organização de um sistema de desinformação criminoso criado por movimentos políticos que se valem do WhatsApp em razão do seu efeito em rede e do baixo custo operacional, colocam pessoas em situação de risco, representando uma ameaça à democracia.

DESAFIO

A própria Constituição Federal vincula a liberdade de expressão e privacidade à vedação ao anonimato. A pessoa pode se manifestar, desde que não se esconda atrás do anonimato. O grande desafio é pensar em como adaptar essa prescrição normativa à nova realidade.

REGULAMENTAÇÃO

Uma regulamentação teria que ser desenvolvida no sentido de estabelecer mecanismos de transparência perante essas plataformas digitais para que tribunais e órgãos de regulação que venham a ser criados tenham acesso às atividades que extrapolam as normas.

SOCIEDADE

É preciso compreender que vivemos uma passagem de uma sociedade centrada em organizações para uma sociedade que opera em redes. É nesse campo que é gerada e posta em circulação a informação. O grande desafio seria pensar um novo Direito adequado para uma sociedade em redes. Não podemos manter o mesmo Direito, porque a sociedade mudou.



Espaços na 'Viúva'

Só cinco vereadores governistas foram à posse de Aureamélia Soares (PCdoB) no cargo de secretária da Mulher. Ou, pelo menos, foi o que deu para contar. Mas lá estavam naturalmente o prefeito Fábio Gentil (PRB) e os deputados Adelmo Soares (PCdoB) e Zé Gentil (PRB), secretários municipais e grande leva de aliados do Palácio da Cidade. Além deles, diversos representantes maranhenses do nicho político no qual hoje atua o marido da nova chefe da pasta da Mulher. Ambiente lotado e requintado. Aos cochichos, alguns se admiravam da fartura no evento. Do regabofê a música e tudo no que se esmeram os que procuram causar impacto nos convidados. Coisa na qual 'Gordinho' se especializou. Ou seja, sucesso de figurino e, de quebra, muita gente mordendo o canto da boca, impressionado como a família Soares chegou chegando ao poder. Nas coxias, os assuntos variaram, obviamente. Elogios, comentários ferinos, alfinetadas pouco disfarçadas. Clima próprio dos salões oficiais. Houve até quem murmurasse a pergunta: "Porque a posse não se deu no gabinete da Secretaria? Precisava mesmo fazer isso?". Logo, outro retrucou: "E você queria o quê?"

Resultado: tudo saiu como Adelmo Soares planejara. Empolgado, o deputado relembrou em seu discurso de fatos que ele e Fábio Gentil teriam vivido quando jovens e estudantes universitários. Também empolgado, o prefeito retribuiu e se apressou em dizer que ele próprio é que tomara a iniciativa de buscar a aliança com o parceiro deputado. De tudo o que se viu e ouviu, portanto, a conclusão é que a família Soares já abriu e vai abrir ainda mais espaços na 'Viúva'.

Mordidos

Agora, se a conta acima do número de edis palacianos estiver mesmo certa, isso significa que os colegas 'mordidos' ainda não conseguiram digerir a presença de Soares no governo...

Baixo clero

...Ou não digeriram ou não foram ao ato para assim dar novo recado ao Palácio da Cidade. No bloco palaciano no Legislativo, os aparentemente mais enciumados são os integrantes do baixo clero...

Alto clero

...Mas na turma do alto clero também há os que praguejam aos cochichos. Porém, praguejam em vão, pois agora não tem mais jeito. A aliança está feita e, pelo que se sabe nos bastidores, a mesma foi feita com couro de boi bem curtido.

O foco

A propósito, a coluna ouviu de alguns integrantes da confraria legislativa que, a partir de agora, o "foco é a reeleição em 2020"...

Redutos eleitorais

...Desde agora, segundo eles, "a cobra vai começar a fumar. Não tem jeito, ou a gente parte logo para amarrar nossos redutos eleitorais ou, então, o bicho chega e come a gente!".

Perrengue jurídico

Ainda no círculo da posse, pelos cantos, outros palacianos falavam baixinho sobre o perrengue jurídico que envolve o concurso da Prefeitura...

Recorrer

...E, tal como registrado na coluna de ontem, as considerações eram as de que o núcleo duro governista não estaria mesmo interessado em recorrer da decisão de Sidarta Gautama, apesar das declarações em contrário do procurador-geral do Município, Adenilson Dias.

PETINHADAS

- Rapaz, tem um togado aí, dono de conjunto musical, que tá 'correndo atrás' para levar a sua banda para a Feijoada da Fofa, no Rio de Janeiro!!! Com a 'justificativa' de que o evento é um intercâmbio cultural, o 'dito-cujo' está tentando convencer um prefeito da 'Grande Ilha' a 'dar uma força'!!! E parece que um construtor, mesmo sem ser 'testemunha de Jeová', já conseguiu 15 passagens...!!! Bom, resta saber se essa feijoada representa um intercâmbio mesmo!!! Se for, o togado tá fazendo o que ele realmente acha correto!!! Mas seria bom que a dona da festa tivesse alguma 'participação'!!!
- Bom, ainda sobre o assunto, Dr. Pêta apurou que o prefeito recebeu o 'projeto' e 'passou a bola' para um auxiliar bem próximo, que não tem verba na pasta e está 'se tremendo' de medo!!! E agora????!!!

Mistérios

- Quem é o togado da 'Grande Ilha', dono de banda (o que nega publicamente), que está 'correndo a sacolinha' para levar o seu 'conjunto musical' para a Feijoada da Fofa, no Rio de Janeiro???!!!

Mistérios

- Por que os mais atentos não se surpreenderam com a recente decisão do juiz Sidarta Gautama (1ª Vara Cível de Caxias), de proibir a nomeação de qualquer dos candidatos aprovados no recente concurso para a Prefeitura daquela cidade???!!!

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



MAIS DIGNIDADE

O ano era 1970. Em uma pequena embarcação, na companhia de minha mãe, deixei minha amada Enseada Grande, povoado de Cajari, rumo a Cidade de Penalva. Lá chegando, rumamos, agora já na Lancha Ribamar, para a capital em busca de uma vida melhor. Foram dois dias e uma noite navegando águas nem sempre calmas, mas a todo instante transbordando de incertezas sobre o que viria dali por diante.

Na travessia faltava de tudo, mal tínhamos o básico para suportar aquela viagem e até as roupas eram escassas. Meus pés descalços tocaram o chão frio desta cidade em uma noite de chuva e fortes ventos que faziam meu franzino corpo tremer. A cada rajada o arripio tomava conta de mim e uma sensação de mil facas atravessando-me a carne me fazia chorar. Mas chegamos.

Cá na capital estávamos. Ao aportar, meus irmãos, que aqui já residiam, nos aguardavam na rampa Campos Melo, na Avenida Beira Mar. Além de comida, obviamente, eu desejava avidamente uma roupa seca e uma cama quente para me aquecer. Partimos rumo a nosso destino, mas ao chegar a esperança deu lugar a uma espécie de desilusão, deveras passageira. O nosso cartão de visita denotava que nossa trajetória não seria das mais fáceis na nova terra. Um abrigo de restos reaproveitados de madeira, “estaqueadas” sobre a maré, na parte baixa do Bairro São Francisco, passou a ser o nosso novo lar. De engraçada nada tinha. Nem teto, nem chão, nem nada. Dormir na rede nem pensar, pois as paredes não iriam aguentar. Mas ali tinha esmero... Ah sim! O esmero afetuoso da minha mãe e a união entre os irmãos nos garantia a vaga esperança de dias melhores. Ali compartilhamos bons momentos em família, a exemplo daquela primeira refeição, um mexido de ovos de galinha caipira com farinha d’água, o pouco alimento trazido na viagem. Mas também muitas desventuras, que temíamos resultar em um acontecimento mais grave. A conhecida maré de lua, de tão alta, era um dos nossos maiores pesadelos.

Nessa mesma região, às margens da atualmente Avenida Ferreira Gullar, cresci e tomei consciência do empoderamento que o conhecimento nos possibilita. Decidi que tínhamos que nos unir para reivindicar melhorias, momento em que conseguimos fundar, ali, a associação dos palafitados, da

qual fui seu primeiro presidente com apenas 16 anos de idade. Nossa luta deu frutos e as palafitas deram lugar a casas de tijolos e telhas, ruas urbanizadas e ao hoje denominado Residencial Ana Jansen, localizado por trás do campo de futebol “Beira Rio”, do São Francisco.

Lembro do sorriso no rosto de cada vizinho, da alegria no olhar de cada colega ao poder adentrar em uma casa de alvenaria, uma cobertura de telhas, do pisar em uma rua asfaltada. Abrir uma torneira e dela jorrar água potável para uso diário, o banho que já não era de cuia, mas de um bom chuveiro em um banheiro decente, cujas necessidades já não eram mais feitas por um pequeno buraco sobre a maré.

Mas, ao longo das últimas duas décadas, o que verificamos foi que aquele tipo de ocupação irregular voltou a crescer naquela região do São Francisco. Por anos transitei pela Avenida Beira Mar e cruzei a Ponte José Sarney tendo minhas memórias resgatadas por um cenário que nem de longe representava nossos belos cartões postais.

Mais uma vez lá estavam, encravadas sobre a maré, dezenas de palafitas. Dezenas de famílias, centenas de vidas que só esperavam por um pouco de dignidade. Não tinha como não rememorar aqueles tempos difíceis de criança e adolescente. As lembranças insistiam em me transportar para uma infância onde faltava todo tipo de serviço básico, tal como lazer, educação, saúde, esporte, cultura, saneamento. Vivia-se para o trabalho e para o estudo, certamente nessa ordem.

Assim como naquela década de 1980, a esperança para essa região mais uma vez vem do poder público. Muito já foi feito nas duas últimas décadas, e mais recentemente, escolas foram reformadas, Academias e praças de esporte ao ar livre, estádio de futebol, eco ponto, etc., foram construídos, e bem recente foi dada a largada para o grande trabalho de reurbanização na região com o chamado PAC Ponta do São Francisco, com investimentos de quase R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), além de um condomínio residencial prestes a ser entregue.

Ao voltar meu olhar para toda essa parte baixa do São Francisco a emoção transborda o coração. Viajo no tempo em que as mesmas melhorias me fizeram chorar, quando pela

primeira vez tivemos uma casa de tijolo e cimento, coberta com telhas.

Sou uma pessoa que guarda e valoriza as origens, razão pela qual sempre mantive contato com amigos e familiares que ainda residem no Bairro São Francisco. Após a assinatura da execução das obras, em momento de grande festividade para milhares de pessoas beneficiadas, aquela mesma esperança e alegria voltaram a habitar o olhar e o sorriso de centenas de cidadãos contemplados pelas benfeitorias que virão.

Não estou aqui a levantar bandeira política e jamais o farei como magistrado. Mas como cidadão que traz na pele a marca de anos a fio de sofrimento, sei como é importante a intervenção do poder público na vida das pessoas. Diferentemente do que muitos pensam, as comunidades só querem e precisam de duas coisas: dignidade e a oportunidade. Ainda na qualidade de cidadão, coloco-me a criticar e cobrar quando necessário. Da mesma forma, cabe uma postura de reconhecimento a tão importante investida que conta com uma importante parceria entre governos federal, estadual e municipal. Mais que trazer benfeitorias, percebo que essa obra, antes mesmo de ser concluída, já atingiu o coração das pessoas que ali residem.

Cuidar das pessoas, olhar para elas e reconhecer o valor que têm é a melhor obra, o maior legado, que o poder público pode deixar para sua população. Muitos terão água encanada pela primeira vez, outros saberão o que é compartilhar da vida em comunidade nos espaços comuns, como praças, quadras poliesportivas e o renovado campo de futebol, áreas onde centenas de jovens ocuparão seu tempo praticando esporte.

É esse o papel do homem público: garantir o empoderamento dos cidadãos, com ações que devolvam a eles a dignidade, contribuindo para a elevação da autoestima. Esse cidadão precisa de confiança no futuro, o que o faz elevar suas potencialidades e a capacidade de realização. Com essa reflexão reforço que uma cidade melhor para se viver é possível a partir de cada um de nós. O poder público funcionando e fazendo sua parte; o cidadão se apropriando das oportunidades e contribuindo para o progresso da comunidade onde reside. Dignidade para todos e viva a nossa querida São Luís.

Flávio Braga

Professor e especialista em Direito Eleitoral



EULÁLIO FIGUEIREDO: O MENESTREL DO DIREITO E DAS ARTES

José Eulálio Figueiredo de Almeida nasceu no dia 12/02/1960, em São João Batista, no coração da Baixada Maranhense. Migrou com a sua família para São Luís em 1963, e morou no bairro do Desterro até 1977.

É Juiz de Direito desde 1991 (aprovado em 1.º lugar) e professor de Processo Penal na UFMA há 33 anos. Possui especialização em Ciências Criminais e em Processo Civil. É membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino. Atuou como membro efetivo do TRE no biênio de 2013/2015.

Eulálio Figueiredo é um tribuno a toda prova. Maneja como poucos o dom da oratória e se expressa com invulgar fluência verbal e intelectual, sempre com muita eloquência, polidez, galhardia e desafiando um português escorreito, portando-se com o mesmo denodo em suas aulas e palestras. Além de homem versado na ciência do Direito, é poeta, escritor, cantor e compositor de toadas de bumba-boi e de marchinhas carnavalescas.

Publicou os seguintes livros: *Suspensão do processo e da prescrição penal* (1998); *Decisões administrativas* (2002); *Sentença penal: doutrina, Prática e jurisprudência* (2002); *Anatomia do ser* (1999); *Milésima face* (2000); *O crime da baronesa* (2004); *O processo das formigas* (2011); *Vidas profanas* (2015) e *O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro* (2018). Autor de vários artigos científicos, é citado em obras de juristas de escol como Theotônio Negrão, Tourinho Filho, Damásio de Jesus, Alberto Silva Franco, dentre outros.

É autor de diversas toadas de bumba-meu-boi, como estas: *Lamento de um caboclo*; *Visita ao mar*; *Lamento de um estudante*; *Minha prece*; *Prece da saudade*; *São Luís, minha ilha bela!*; *Passeio no mar*; *Menestrel da Baixada*; *Mar dos amores*; *Ganhei o meu dia*; *Tempo de cantoria*.

A sua verve engenhosa fez brotar 14 marchinhas, carregadas de trocadilhos, malícia e fino humor irônico, como: *Mensalão* (premiada no festival de marchinhas da TV Mirante em 2006); *Pedaladas carnavalescas* (classificada no festival de marchinhas do programa Fantástico da TV Globo); *Receita da vovó* (selecionada para o festival de marchinhas da TV Mirante em 2009); *Traidores da Pátria* e *CPI do carnaval*. Todas fazem irreverência e sarcasmo com a cena política brasileira. Em 2018, estourou nas rádios e no carnaval de rua a música *Pesque-pague do pacu*, em que o poeta-compositor, a pretexto de recomendar uma dieta à base desse peixe, produziu mais uma espirituosa marchinha.

Para o carnaval de 2019 o juiz-compositor lançou a marchinha *Festa do peru*, que foi classificada para o festival de música carnavalesca de Imperatriz. Trata-se de composição melódica, com pitadas de humor picante e versos de duplo sentido (figura de linguagem predominante nas marchinhas de carnaval).

Consta do seu repertório, além de boleros gravados pela cantora Eugênia Miranda, como *Dúvida*, outras canções em que exalta os grandes cantadores de bumba-boi do Maranhão, como Humberto do Maracanã e Coxinho.

Na literatura, por ser autor da trilogia criminológica maranhense (*O crime da baronesa*, *O processo das formigas* e *O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro*), em que aborda crimes que marcaram a história do Judiciário estadual, tem sido cognominado por alguns amigos e leitores de o “Jorge Amado do Maranhão”.

É esse cabedal de atributos e virtudes que singulariza o joanino talentoso, versátil e de boa cepa, Dr. Eulálio Figueiredo, e a sua vasta obra e cultura jurídica, aos quais rendo minha justa homenagem na condição de porta-voz dos ecos da Baixada Maranhense.

Judiciário do Maranhão emite nota de solidariedade às famílias das vítimas do incêndio na sede do Flamengo

O chefe do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, em nome dos desembargadores membros do egrégio Tribunal de Justiça, emitiu Nota de Solidariedade aos familiares dos jogadores e funcionários do Flamengo,

vítimas do incêndio no Centro de Treinamento Ninho do Urubu, no Rio de Janeiro.

Na nota, o desembargador Joaquim Figueiredo apresentou as mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e desejou uma pronta recuperação dos

feridos.

Ele manifestou sua solidariedade também com o Flamengo, seu elenco, seus torcedores e o futebol brasileiro que estão todos abalados com a tragédia “Quero expressar nossos sentimentos de profundo pesar

neste momento difícil, onde nosso pensamento está, em particular, com as famílias das vítimas e com todos aqueles que sofreram perdas irreparáveis”, assinalou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.
